

e as próximas eleições

APROXIMAM-SE novas eleições. No dia 12 de Dezembro, o Povo português irá de novo às urnas, desta feita para a escolha de representantes nas Autarquias Locais. Os Partidos vão-se afadigando na entrega de listas para que nessa altura toda a população possa votar em consciência.

O nosso Jornal auscultou as opiniões de representantes dos três maiores Partidos nacionais. Assim, depuseram Salgado Zenha, pelo PS, Sá Carneiro, pelo PSD e Freitas do Amaral, pelo CDS, que responderam às seguintes perguntas:

- 1) Que pensa do acto das eleições para as Autarquias Locais?
- 2) Acha que o Povo já terá capacidade para responder em força e conscientemente a tão importante consulta?
- 3) Acredita que apenas com a eventual mudança dos principais responsáveis locais se conseguirá entrar no caminho franco e aberto para a Democracia ou, em seu entender, será necessário mentalizar também as bases dos Serviços?
- 4) Acredita que a descentralização administrativa trará, de

imediate, benefícios para as populações locais?

5) Que pensa o seu Partido acerca de alianças pré-eleitorais às eleições para as Autarquias Locais?

6) Acha que o próximo acto eleitoral poderá contribuir para uma eventual queda do Governo constitucional, caso venha a triunfar uma linha política diferente da do PS?

7) Como interpreta a aliança PCP-MDP, que recebeu a designação de "Frente Eleitoral Povo Unido"?

O PS, PSD e CDS e as autarquias locais

Salgado Zenha (PS):

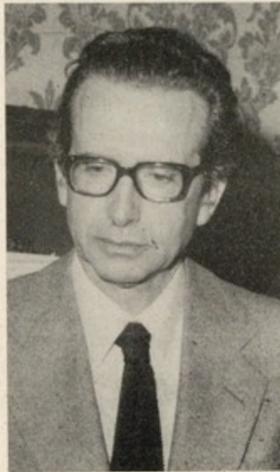
«O PCP encontra-se numa fase de indecisão»

Nota — O chefe do grupo parlamentar do PS preferiu dar-nos a entrevista em bloco, não destrinchando as sete perguntas do nosso questionário.

Um ou dois dias depois do 25 de Abril de 1974, a comissão política do Partido Socialista, numa declaração ao País, enunciou quais as prioridades, do seu ponto de vista, no restabelecimento da vida democrática nacional. Em nosso entender, as eleições administrativas deveriam realizar-se no mais curto prazo possível e, de qualquer modo, antes das eleições para a Assembleia Constituinte. Esse nosso ponto de vista foi repetido posteriormente várias vezes, tendo suscitado uma violenta campanha em sentido contrário da coligação PCP-MDP. Nos seus órgãos partidários e nos periódicos por ela então con-

trolados (v.g., "Diário de Notícias", "O Século", etc.) foi sustentado o exótico ponto de vista de que o "PREC" (ou seja, o "Processo Revolucionário Em Curso") era incompatível com o "eleitoralismo". Em vários discursos, esse tema foi burilado, no seu estilo particular, pelo secretário-geral do PCP. A coligação PCP-MDP alegava que as eleições para a Constituinte se deveriam realizar, sim, mas mais tarde, muito mais tarde, num longínquo dia de nevoeiro, não se sabe bem quando nem como. Quanto às eleições administrativas, o problema era então abordado de modo ainda mais confuso. A ideia implícita era a de que eleições e "PREC" eram líquidos não miscíveis.

Dada a hegemonia da coligação PCP-MDP nas formações governamentais e no seio do



MFA, até à formação do VI Governo provisório, é óbvio que essa hegemonia se reflectiu na composição das comissões administrativas nomeadas para as autarquias locais nos primeiros tempos da Revolução.

Nós, socialistas, sempre pensamos que uma verdadeira Democracia se constrói pela base. E que um dos fundamentos da

Democracia de base é a Democracia local, vivida e expressa através do exercício das liberdades públicas e do voto secreto.

Por essas razões, as comissões administrativas nomeadas pelas cúpulas após o 25 de Abril deveriam ceder o lugar o mais rapidamente possível a legítimos representantes das populações locais, democraticamente eleitos.

As eleições locais não se realizaram antes das eleições para a Constituinte, como é sabido.

No entanto, a grande vitória das forças democráticas foi indiscutivelmente o terem imposto, contra o desejo de Álvaro Cunhal e Vasco Gonçalves, que as eleições para a Assembleia Constituinte se realizassem em 25 de Abril de 1975. E a sua efectivação marcou o início da derrota daqueles que sonharam e tentaram instaurar em Portugal um regime soviético, violentador dos desejos e da vontade do Povo português.

Uma vez, porém, institucionalizada a Democracia política em Portugal, com a eleição da Assembleia Legislativa e do Presidente da República, há que dar corpo à Democracia local.

Sá Carneiro (PSD):

«O «Povo Unido» continua a ser o Partido Comunista»

1 — O PSD sempre afirmou que a construção da Democracia portuguesa passa, necessariamente, pela Democracia local. Sem Democracia local não há Democracia. Daí a grande importância que assumem as próprias eleições para as autarquias, em termos de evolução política geral do País.

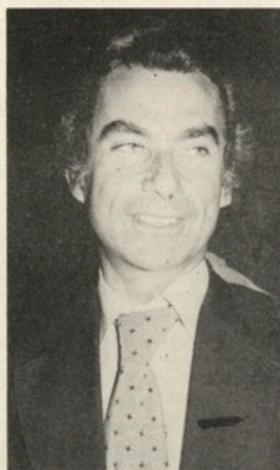
O Povo português, ao escolher livremente os seus órgãos locais, deve ter, finalmente, a possibilidade de tomar nas suas mãos o seu destino. O que exigiria, como é evidente, é que o Poder local fosse entendido e aceite como um Poder próprio e autêntico das populações e não como uma simples extensão ou delegação do poder do Estado.

Não foi esta a óptica do Governo socialista. Foi, pelo contrário, uma óptica fortemente centralizadora, que, como tal, retirou, logo à partida, grande parte da capacidade de intervenção e eficiência aos órgãos das autarquias. Temos, por isso,

que, pelo menos a curto prazo, se encontra limitada a construção da Democracia local no nosso País.

Os portugueses ficarão a dever-lo, exclusivamente, aos esforços conjugados do PS e do PCP que, em bloco, têm vindo a rejeitar sistematicamente, na Assembleia da República, todas as propostas de substituição e de emenda em que procuramos preservar uma plena Democracia local.

2 — Ao contrário doutros Partidos, nunca pusemos em dúvida a capacidade do Povo português para tomar decisões claras e conscientes. Deu já sobejas provas dessa capacidade. Bastará recordar o extraordinário sentido cívico que demonstrou nas três últimas eleições e sobretudo aquela heróica determinação com que, nos tempos do "gonçalvismo", se levantou de norte a sul do País para derubar a odiosa ditadura comunista que lhe queriam impor, contra as raízes mais profundas



da sua cultura. Estou certo de que, nas próximas eleições, mais uma vez os portugueses irão estar à altura de si mesmos.

3 — A Democracia local supõe toda uma mudança, não só ao nível de estruturas mas, e sobretudo, ao nível das mentalidades. Não é só a orgânica administrativa e o modo de designação dos administradores que tem de mudar — é a própria óptica dos governantes e o espírito que terá de animar os próprios responsáveis de base pelos serviços. Estes últimos terão de

compenetrar-se de que a sua função é a de serventários das populações e não a de agentes dum Poder político centrado em Lisboa, distante e macrocéfalo, alheio às realidades e determinado, na maior parte dos casos, por objectivos não coincidentes com os interesses dos povos. Como é evidente, a Democracia local também tem que passar por aí.

4 — A descentralização administrativa, afectada pelo espírito e pelo sistema adoptado pelos recentes decretos do Governo socialista, traria inestimáveis benefícios às populações. Mais evidente seria o de garantir que os problemas locais, tão estreitamente ligados à vida das pessoas, passariam a ser efectivamente resolvidos por aqueles que melhor os conhecem e que mais aptos se encontram, portanto, para lhes darem as soluções mais adequadas e realistas, no interesse de toda a comunidade. Outro, para mim não menos importante, seria o de assegurar a participação activa dum número cada vez mais alargado de cidadãos na gestão da vida pública local, abrindo, deste modo, as portas dum verdadeira escola de participação cívica, sem a qual a Democracia é apenas uma palavra.

5 — A esse respeito, apenas tenho a declarar aquilo que, com clareza, o meu Partido já reafirmou, mais do que uma vez, publicamente: o PSD não fará alianças, concorrendo com listas próprias em todo o País.

6 — Não me parece que isso venha a acontecer. Depois das eleições para a Assembleia da República, já houve duas eleições muito importantes, ambas desfavoráveis ao PS: a eleição presidencial e as eleições nos Açores e na Madeira. Se nenhum desses desaires foi suficiente para que o PS revisse a sua posição de Governo minoritário, não é de supor que o venha a fazer em face do resultado das eleições para as autarquias. Aliás, o projecto das próximas eleições é o de dotar as comunidades do Poder local, não é o de plebiscitar o Governo. Pensar o contrário seria instrumentalizar essas eleições ao serviço de interesses partidários, o que receio seja um erro grave. O que poderá comprometer a subsistência do actual Governo não é o resultado das eleições para autarquias — é porventura a fraca capacidade de que ele vem dando provas de enfrentar, satisfatoriamente, os graves problemas com que o País se debate. É nesse terreno que ele será julgado.

7 — Eu não chamaria à "Frente Eleitoral Povo Unido" uma aliança PCP-MDP porque uma aliança supõe sempre duas entidades diferentes que unem os esforços em vista a uma acção comum. Ora, é por demais sabido que o MDP-CDE nunca foi mais do que o próprio PC numa outra embalagem, porventura mais atraente para certo tipo de incautos. O "Povo Unido" continua a ser, pois, o Partido Comunista que, depois dos sucessivos desaires eleitorais que sofreu nos últimos tempos, não tem coragem de surgir, com a própria face e o próprio nome, diante do eleitorado.

Apelando, pois, para um intenso apartidarismo unitário e basista, o PCP tenta, deste modo, penetrar em zonas do País onde antecipadamente sabe que a via eleitoral se lhe encontra barrada. Será mais uma tentativa vã. O PC reincide num erro que repete até à saciedade: o de subestimar a inteligência e a capacidade política e cultural do Povo português. Não tenho qualquer dúvida que os leitores das nossas cidades, vilas e aldeias desmascararão, com a maior das facilidades, mais esta desesperada manobra antidemocrática.

Freitas do Amaral (CDS):

«O Governo PS cairá mais tarde»

1 — Penso que as próximas eleições locais serão um acto de importância decisiva, a vários títulos: porque vão seleccionar aqueles que o eleitorado deseja para gerir as autarquias; porque vão pôr termo ao regime não-democrático das comissões administrativas; porque vão fazer sair da grande maioria das Câmaras e das Juntas de freguesia os elementos do PCP e do MDP/CDE; porque vão assinalar o arranque da dinamização do Poder local, acabando com o centralismo autoritário de Lisboa sobre a província; porque vão, enfim, constituir uma importante "sondagem" sobre o grau de popularidade e de aceitação do Governo minoritário do Partido Socialista.

Estas eleições serão, pois, um acto decisivo.

2 — O Povo português teve sempre capacidade para corresponder a todos os apelos feitos à sua inteligência, à sua maturidade e ao seu civismo. Necessá-

rio é que o tratem como Povo adulto que é.

Durante mais de um século, Portugal viveu em Democracia e, sobretudo a partir de 1851, funcionaram entre nós instituições democráticas. A Democracia não começou, para nós, portugueses, com o 25 de Abril. Apenas recomeçou.

Penso, pois, que o nosso Povo está em perfeitas condições de assumir nas próprias mãos o seu destino. E se nas eleições locais se verificar uma grande percentagem de abstenções a culpa não será dos eleitores, mas sim dos governantes que temos tido — que não têm correspondido às esperanças que levaram a votar neles e por isso mesmo não têm ajudado a prestigiar o sufrágio aos olhos dos cidadãos.

3 — É óbvio que é necessário mentalizar os Serviços. Não só os Serviços municipais como sobretudo os Serviços do estado. O maior obstáculo à De-



mocracia local é o Estado, é o Poder central. Os governantes e os funcionários de Lisboa é que têm de ser mentalizados. Para que as autarquias locais não sejam meras sucursais do Terreiro do Paço ou simples delegações de S. Bento. Só quando os Municípios deixarem de ser um instrumento da manipulação governamental é que haverá verdadeira Democracia.

4 — A descentralização, se existisse, traria de imediato grandes benefícios para as po-

pulações locais. Mas não existe. Os Governos provisórios foram profundamente centralizadores. Não só não delegaram quaisquer poderes do Estado nos Municípios, como foram ao ponto de retirar a estes muitas atribuições que tradicionalmente lhes competia.

Actualmente, a orientação é a mesma: o Governo PS é muito centralizador. Ainda há dias foi anulado em Conselho de Ministros um decreto-lei que retirava às Câmaras a sua competência em matéria de saneamento básico, passando-a para empresas públicas dependentes do Ministério das Obras Públicas.

Onde iremos parar? Qualquer dia tudo terá passado para as mãos do Governo. Não restará então às Câmaras Municipais senão a missão de organizar recepções muito calorosas, com muitas flores e muitos vivas, aos senhores Ministros que ali irão dizer aos "homens bons" dos concelhos como se resolvem os problemas deles, porque o Governo é que sabe da vida de cada um de nós.

5 — O CDS entende que seria útil para o País uma aliança com o PSD/PPD, a fim de reforçar o contraponto ao Governo minoritário socialista e, por

outro lado, para fazer frente em melhores condições à "maioria de esquerda" que está a funcionar na Assembleia da República.

O ex-PPD não aceitou a ideia. Recusou a coligação. Está no seu direito, mas parece-me que comete um grande erro. Esta atitude do PSD/PPD só favorece o PS e, até, o PCP. Mas não é de estranhar, vindo dum Partido que deseja imenso entrar para o Governo em coligação com o PS e que até já vai admitindo voltar a um Governo com o PCP. Pelos vistos, não se aprendeu nada com a dolorosa experiência dos últimos dois anos e já se pensa em reeditar a fórmula PCP-PS-PPD, tão do agrado de Costa Gomes e Vasco Gonçalves. Que memória!

O CDS vai, pois, sozinho, concorrer com listas próprias em todos os concelhos do País. 6 — Só se o PS tiver um grande fracasso, o que não me parece muito provável, por enquanto. Creio que o Governo PS cairá mais tarde e por uma razão diferente: por não governar. Um Governo que não governa é algo de muito grave, que nunca subsiste muito tempo.

Ora, o PS assumiu o Poder em condições privilegiadas, porquanto sabia, desde 25 de Abril à noite, que iria ser Governo

em Agosto. Teve quatro meses para se preparar. E, afinal, nada! Como podem os portugueses compreender e aceitar facilmente esta inacção governativa?

A situação que já não é famosa, há-de agravar-se muito mais. Porque, se se mantêm todos os factores de crise, diariamente se lhes juntam outros — e o Governo não atá nem desata.

7 — A aliança PCP-MDP não surpreende ninguém. É apenas a confirmação oficial dum ligação muito íntima que já vem de há anos. O seu objectivo é, sobretudo, o de procurar garantir a subsistência nalgunhas Câmaras Municipais daqueles que delas se apossaram pela força logo a seguir ao 25 de Abril.

O significado profundo desta aliança é, assim, vistas bem as coisas, não o de um acordo destinado à obtenção democrática de novas posições nas autarquias locais, mas o de um pacto que visa legalizar "a posteriori" as ocupações selvagens de Câmaras Municipais executadas pelos comunistas em 1974.

Estou certo de que os portugueses não se deixarão iludir e darão às listas ditas do "POVO UNIDO" o tratamento que sempre têm dado ao comunismo nas anteriores eleições, isto é, a derrota eleitoral.

e as próximas eleições

ATRAVÉS dos nossos correspondentes espalhados pelo País, procurámos auscultar as opiniões dos presidentes das Comissões Administrativas de várias Câmaras Municipais.

É evidente que não haveria espaço suficiente no nosso Jornal para acolher os pontos de vista de todos os responsáveis principais das diferentes edilidades.

De qualquer modo, o conjunto que apresentamos dará uma ideia da forma de pensar quanto às perguntas feitas e que se sintetizaram da seguinte maneira:

As Câmaras Municipais opinam

Abílio José M. Barros

Presidente da C. M. de S. Brás de Alportel



1 — Penso que será a maior prova por que vai passar a Democracia de base. Sim, penso que o Povo deste concelho irá responder de uma maneira concreta à eleição de pessoas para administrar o seu concelho e que ele conhece, na maioria dos casos, do convívio quase diário com essas mesmas pessoas.

2 — Sim, mas só em parte, porque é bom não esquecer que os órgãos de administração local só corresponderão integralmente quando se der uma efectiva descentralização, incluindo a parte económica.

3 — Certamente, pois essa descentralização permite um melhor aproveitamento dos recursos locais, mediante as necessidades mais prementes dos concelhos, não estando tão dependentes de gabinetes circunscritos e afastados das realidades locais.

Carrington da Costa

Presidente da C. M. de Coimbra



1 — Antes de mais penso que é urgente. O acto eleitoral entra a linha de escolha da administração que tem sido seguida e assim será continuada e respeitada. É evidente que o Povo deste concelho vai responder com a mesma consciência a que respondeu aos anteriores actos eleitorais e que mereceu referências elogiosas dos mais diferentes sectores.

2 — Essa pergunta sugere um comentário. Considera quem a faz que não se entrou já no caminho franco e aberto para a Democracia. Eu entendo que já se entrou nesse caminho.

A Democracia deve praticar-se mais do que enunciar-se ou anunciar-se. Não tenho conhecimento de que no concelho de Coimbra tenha sido apontada qualquer falta respeitante a procedimento democrático. Não quero com isto fazer a defesa da Comissão Administrativa, mas muito simplesmente afirmar que o caminho está aberto e só não o percorre quem não o deseja.

É claro que nessa caminhada se encontram bastantes escolhos, porque a legislação vigente continua, no fundo, a mesma, não houve uma reforma fiscal tantas vezes solicitada, os serviços não puderam dimensionar os seus quadros com base nas novas exigências que resultaram do exercício democrático, já que foi proi-

bida a contratação de pessoal.

Nalguns casos os munícipes têm posto os seus problemas sob um prisma individualista, mas eu compreendo que isso aconteça e o seu esclarecimento condu-lo à concordância na quase totalidade dos casos.

3 — A descentralização administrativa é absolutamente necessária e os seus benefícios serão mais evidentes a médio e sobretudo a longo prazo do que de imediato.

Deverá, no entanto, ser uma descentralização efectiva, real, não querendo com isto defender que se criem vários estados dentro do mesmo País.

As questões que se apresentam à administração local são específicas duma determinada zona ou concelho e requerem soluções próprias. Até os grandes problemas do País, como, por exemplo, a habitação, pode e deve ter soluções encontradas a nível local.

Enfim, são tais e tantas as carências que só a compreensão e participação das populações podem ajudar na sua satisfação e daí também a necessidade de descentralização. Se assim não for, o processo político ou se quiser o Governo, ou o Partido ou Partidos que estiverem no Governo cam rapidamente no descrédito.

É fácil dizer que uma Câmara não tem capacidade de resposta. É simples afirmar que, por exemplo, o problema da cólera só terá solução quando se estender a rede de água e saneamento a todos os concelhos do País.

No caso do concelho de Coimbra, e no ano passado, seriam necessários 350 mil contos para fazer uma primeira fase desse empreendimento. Conseguiu-se apesar de tudo empreender numa ordem que ultrapassa os 100 mil contos.

Veio tudo isto a propósito da vulnerabilidade das carências perante as reivindicações justas, mas note-se que também é fácil para as Câmaras, se o quiserem, endossar ou transferir essa vulnerabilidade para o Governo.

Não me parece que por filiação ou simpatia, as populações deixem de reivindicar as condições mínimas de vida e, portanto, quem estiver à frente dos órgãos do Poder local vai ser pressionado como nós o temos sido.

O sistema de comparticipações tal como tem existido não deve continuar por moroso, incerto e ineficaz, e ainda porque não pode ser discriminatório.

Ou as populações são esclarecidas de uma programação administrativa traçada com a sua colaboração para que se respeitem as prioridades de realização mais urgentes ou poderá correr-se o risco de entrarmos em necessários períodos convulsivos mais ou menos regionalizados que eventualmente se generalizem.

Manuel dos S. Tiago

Presidente da C. M. de Vila Flor

1—Penso que as eleições em si são úteis, mas devido às circunstâncias actuais verifica-se que não irão ser eleições conscientes, embora com a capa de "democratas". Neste meio existe ainda forte caciquismo e manipulação que irão denegrir as mesmas eleições.

2—A eventual mudança dos principais responsáveis no nosso concelho não facultará melhores regalias nem abrirá caminho novo nenhum, pois as pessoas conhecem-se pelas obras que praticam e não pelo que nos prometem. Mais vale a obra que a promessa.

3—A descentralização, se neste caso não for sinónimo de abandono, trará benefícios,

concordo plenamente com ela logo que haja já infra-estruturas criadas e um apoio económico já concretizado para que se possa arrancar em força para um futuro melhor.

Pompeu V. Cardoso

Presidente da C. M. de Sobral de Monte Agraço



1—Trata-se de um acto de muita importância na vida nacional, para a qual todos os portugueses deveriam contribuir de maneira clara, uma vez que se trata de eleger corpos administrativos para o Poder local e só com uma boa administração em todos os campos se poderá pensar em atingir os fins em vista, que é um Portugal melhor, onde caibam todos os portugueses de boa vontade.

A maneira consciente e em força como o Povo irá corresponder a tão importante consulta depende da forma como os Partidos ou grupo de pessoas se apresentarem nas campanhas de apoio aos seus candidatos. Quero com isto dizer que se essa campanha se concretizar por esclarecimentos sérios, sem qualquer demagogia ou declarações de baixa política, tendo em vista, embora por maneiras de pensar diferentes, apenas um objectivo, o real interesse do País, acho que o Povo responderá como o fez ultimamente, em força e consciência.

2—Ora bem, relativamente a esta pergunta não me mostro tão optimista, em especial a curto prazo, e porquê? Como todos sabemos, nos últimos dois anos, em especial a seguir ao 25 de Abril de 1974, houve, em meu entender, uma única preocupação por parte certas forças políticas, que foi a de ocupar a todo o custo certos cargos de administração. Dentro dessa política cometeram-se muitos erros e injustiças, afastando indivíduos para dar lugar a outros menos competentes, do que muito se sentiu a administração. Ora, muitos destes últimos, que ainda se encontram nos citados lugares, tentam tapar com a "manta" política o que não conseguiram com a "manta" da competência. Sendo assim, os futuros governantes locais vão encontrar forçosamente uma certa barreira para pôr a sua política em

prática e terão de ter a coragem de neste aspecto serem coerentes, firmes, até mesmo, em casos que se torne necessário, mostrarem a sua autoridade, isto sem excluir, sempre que possível, uma política de conciliação local. Uma vez garantida esta estabilidade dentro do órgão administrativo e que haja confiança mútua entre governantes e governados, então acho que estará aberto o caminho para a Democracia, mas até lá, julgo necessário estas e outras medidas de orientação, mentalização e responsabilidade.

3—A descentralização administrativa, em meu entender, é absolutamente necessária, mas benefícios de imediato ou a curto prazo para as populações locais já é um aspecto que tem de ser ponderado; por exemplo... as Câmaras Municipais não possuem infra-estruturas, salvo alguns casos, para passarem a ser de um momento para o outro totalmente autónomas, isto

1 — Que pensa do acto das eleições para as autarquias locais? Em sua opinião, irá o Povo desse Concelho responder em força e conscientemente a tão importante consulta?

2 — Acredita que apenas com a eventual mudança dos principais responsáveis locais se conseguirá entrar no caminho franco e aberto para a Democracia ou, em seu entender, será necessário mentalizar também as bases dos Serviços?

3 — Acredita que a descentralização administrativa trará, de imediato, benefícios para as populações locais?

porque não possuem receitas próprias que lhes permitam essa situação e não pode haver autonomia de governação sem a parte financeira resolvida.

Acredito que se irá criar um sistema que dê às Câmaras essa autonomia, para que estas possam criar os seus quadros competentes e depois, sim, passaremos a ter benefícios. É necessário espírito de sacrifício para se atingir tal objectivo, até porque há que alterar formas de actuação de diversos sectores da administração pública, o que se não pode fazer no curto prazo que todos desejaríamos, sem se correrem graves riscos.

Almiro Angelo Sotta

Presidente da C. M. de Moncorvo

1 — Que é um acto cívico de mais alto interesse para as populações; sim, pois de uma maneira geral o Povo português já deu provas do seu civismo e maturidade política em actos anteriores.

2 — Para se entrar num caminho franco e aberto para a Democracia, teremos todos que nos mentalizar, tendo, em primeiro lugar, de alijar de nós todo o individualismo, e todo o egoísmo que nos são peculiares.

Cabe a todos nós um papel importantíssimo, habituando-nos de uma vez para sempre a pensar mais nos outros do que em nós próprios; só assim, com uma mentalização forte e decidida poderemos criar, desenvolver e consolidar a Democracia no nosso País.

3 — Sim, pois eliminado o macrocefalismo, que tudo asfixiou, há incomparavelmente melhores condições de progresso, visto que são as próprias populações a resolver os problemas que as afligem — e são tantos!

António Coutinho G. da Fonseca

Presidente da C. M. de Vila Nova de Gaia



1 — Sobre as eleições para as autarquias locais dir-lhe-ei que penso serem elas não menos importantes que quaisquer das outras já realizadas no nosso País, desde que este emergiu da longa noite imposta pelo fascismo para o claro dia da Democracia que, como qualquer jornada de trabalho, não é fácil, tem pontos altos e outros que o não são, mas acabará fatalmente por resultar produtivo.

Será de facto a participação mais directa das populações na gestão dos órgãos do Poder local, o alicerce indispensável à construção e consolidação do harmonioso edifício da Democracia.

2 — Com ou sem mudanças dos actuais principais responsáveis locais, é evidente que a partir do momento em que estes representarem, de facto, a vontade popular, expressa livremente no seu direito de voto, se completarão as estruturas da Democracia, iniciadas no nosso País mercê da gloriosa arrancada do 25 de Abril, com a promulgação da Constituição. Porém, não bastarão a estes,

por mais representativos que sejam, todo o empenhamento correcto que puserem no exercício dos seus mandatos, se o aparelho de que disporão não for moralizado no sentido de se colocar ao serviço das populações que serve, em vez de, como vem acontecendo, apenas privilegiando alguns, que distribuindo por agentes do serviço público algumas migalhas sobranças dos seus lautos banquetes os corrompem. A dignificação da função pública, que terá de se iniciar por um salário justo, é por isso condição básica a dar força ao rigor com que necessariamente se terá de combater todas as formas de corrupção.

3 — Descentralização implica também, e prioritariamente, autonomia financeira, sem a qual ela não existirá, pois é evidente que quem sobrevive de subsídios dependerá sempre de quem os concede.

Daí que, satisfeita esta condição, não tenha dúvidas nenhuma dos benefícios imediatos para as populações locais, uma vez que ninguém melhor do que elas, por intermédio dos seus representantes livremente eleitos, saberá lutar pela satisfação dos seus interesses.

Joaquim P. de Melo

Presidente da C. M. da Lousã



1—A meu ver, acho que as eleições já deviam ter sido feitas logo após o 25 de Abril de 1974 ou no máximo, e dando tempo para que a situação se normalizasse, três meses após aquela data. Concordo pois em pleno com elas e acho que contribuam decisivamente para a democratização do País.

Embora o Povo esteja saturado de eleições, tem que se mentalizar que deverá votar uma vez que isso é muito importante. Estou convencido que pelo menos as pessoas mais conscientes votarão.

2—Penso que não é só mudança os principais responsáveis que se entrará no caminho certo. Há toda a necessidade, pois, de se mentalizar as bases dos Serviços.

3—Sim, com certeza. O País não é só Lisboa. Com a descentralização administrativa poder-se-á dar respostas mais rápidas às populações e sentir mais os seus problemas, pois só em contacto directo com as mesmas se sabe do que carecem.

Júlio da Piedade Nunes Henriques

Presidente da C. M. de Castanheira de Pera

1 — Trata-se de um acto transcendente — o último consagrado na Constituição para completa institucionalização da Democracia em Portugal. O Povo, agora de uma forma por certo ainda mais convincente, de uma forma que terá menos a ver com ideologia e mais com as questões de interesse local, terá ele próprio o direito de eleger os cidadãos que considere mais aptos; cidadãos íntegros e

apostados em servir sem servir-se.

Creio que sim; espero e formulo um voto por que tal aconteça. O eleitorado de Castanheira de Pera tem uma certa prática política, prática que o há-de motivar para um voto maciço e consciente.

2 — Se bem entendi o alcance da pergunta, respondo que me parece importante, importantíssimo mesmo, "mentalizar as bases dos Serviços". Os órgãos autárquicos a eleger, só por si, não conseguirão resolver todos os problemas.

Quanto à primeira parte da questão que me põe, eu penso que o importante é o acto eleitoral em si. Os cidadãos que forem eleitos se-lo-ão por vontade expressa da maioria e isso é vivência democrática, esquecida às vezes mas desejada e sentida por todos.

3 — Sem dúvida. Importante é que a descentralização administrativa o não seja somente no papel; é necessário que conduza à autonomia administrativa e financeira dos municípios em prossecução de uma política devidamente planificada. Quando refiro autonomia financeira dos municípios não pretendo significar "independência" em relação ao aparelho de Estado mas antes que a não entendo como o direito de arrecadar taxas e impostos quando é sabido que as carências dos municípios, em matéria de equipamento social, se situam na razão inversa dos seus rendimentos.

Alfredo V. Morais

Presidente da C. M. de Pombal

1 — As eleições para as autarquias locais são convenientes e necessárias. Só é de lamentar a coincidência este ano de tantas votações. O Povo está um pouco cansado e desgastado pelos consecutivos actos eleitorais.

Como a preparação cívica das populações tem sido conseguida sobretudo à custa de grande emotividade, com a ideologia partidária a sombrear negativamente os verdadeiros interesses, pode levar quem pensa e está metido nos problemas locais a duvidar se este próximo acto eleitoral terá grande concorrência.

A consciência política estará em muitos casos deficientemente informada e, como se sabe, o meu concelho, além de ter um baixo grau de instrução, é dos grandes fornecedores de mão de obra para o estrangeiro e o agregado familiar rural ainda, muitas vezes, deixa ao chefe de família a orientação do voto.

Ora, como o pai ou o marido estão no estrangeiro, este facto dá relevância à minha preocupação em lhe responder exactamente quanto à consciência da votação.

2 — É do conhecimento regional que as comissões espontâneas que surgiram e que preencheram — ou foram obrigados pela população activa a preencher — os diversos lugares, nunca durante este processo revolucionário sofreram pressões exteriores, quer partidárias ou sociais para saírem.

Acredito, entretanto, que a escolha nominal, secreta, com o preto no branco, é a forma mais vinculada de fazer a Democracia que, apesar de todos os defeitos, ainda é a melhor forma de governar.

Quero-me sentir como presidente da C. A. da Câmara Municipal de Pombal numa posição de isenção em relação às futuras decisões populares. Por essa mesma ordem de ideias vou explicar a última parte da sua pergunta sem querer deixar o mínimo "reliquat" pessoal.

Como recentemente tem sido afirmado, as eleições vão

Maidenform®



cintas e soutiens

Crónica de Los Angeles

(Continuação da pág. 14)

tasting in California". Um pequeno mapa, na segunda ou terceira página, indica-nos as regiões vinícolas da Califórnia — seis: Sonoma/Mendocino; Napa Valley/Solano; Livermors Valley/East Bay; Fresno/San Joaquin Valley; Santa Clara/Central Coast e Cucamonga/Los Angeles. Um outro livro informa-nos: "A Califórnia ganha mais dinheiro vendendo uvas e com a pesca que qualquer outro Estado, ao mesmo tempo possui o maior número de veículos de todos os Estados". E mais: "A Califórnia é o "líder" da energia eléctrica e algumas das suas cidades são especializadas em aviões, mísseis, equipamentos electrónicos, equipamentos para fábricas, fabricação de produtos de metal..."

O europeu não pode compreender sem vir ver, sem viver aqui o extraordinário nível de vida existente na Califórnia. Quando se vê, nos filmes, aquelas casas baixas, rodeadas de jardins sem cancelas, com piscinas de fundos azuis, luzes por entre flores, palmeiras ladeando as ruas, um céu azul celeste, quando se vê tudo isso nos filmes não se acredita, no fundo, na realidade. Pensa-se que como é filme americano, os "décor", os cenários, são muito bem feitos... Pois eu, na minha casa, em Santa Mónica, não só vivo nesse cenário natural, como frequentemente vejo os actores americanos na minha rua, entre câmeras e holofotes, microfones e gravadores, a filmarem cenas das "séries" que, uma ou duas semanas depois, vou ver na televisão: "Canon", "Espaço 1001", "Gunsmok", etc.

Mas determinemos a grandiosidade deste Estado que é a Califórnia, que poderia ser um Ppaís independente (bandeira já tem!), em números: população, em 1974 — 20 907 000 indivíduos; as maiores cidades, em 1970 — Los Angeles, com 2 809 596 indivíduos; San Francisco, com 715 674; San Diego, com 696 027; San José, com 445 779; Oakland, com 361 561. Agora, vejamos: o "revenue" da Califórnia, por ano, e isto entre 73 e 74, em dólares, claro, é de 6 684 804 657. Só! Número de condados: cinquenta e oito.

Este é o País donde começo, hoje, a enviar-vos as minhas crónicas.

Muito há a dizer sobre este Estado americano. E como vou ter tempo, e espaço neste Jornal, tenhamos paciência, aguardemos... Precisamente, uma das qualidades que se aprende a ter, na Califórnia, é a paciência. Se não se é paciente, compreensivo, civilizado, no fundo, não se consegue, nunca, fazer parte da vida californiana. Haveremos de ver porquê, nas minhas outras crónicas. Ok?!

Quirino Teixeira

Alfredo V. de Moraes

(Continuação da pág. 13)

ser politizadas. Bom? Mau? Que pense quem me lê.

3 — O Município é a principal pedra de esquina na educação, sócio-política. Aprendendo e assimilando conhecimentos com o exercício do Poder local, as populações ganham foros de maturidade, deixando o paternalismo do Terreiro do Paço.

O Governo central, por outro lado, ficará democraticamente bem visto, dado que

não interfere nos pequenos problemas locais e melhor poderá governar com o eco que lhe chega das autarquias. O Município está integrado na nossa História e estruturalmente faz parte do nosso ser português.

Por sua vez, as Câmaras Municipais necessitam de possuir uma verba fixada anualmente e que vem naturalmente dum pequena parte que o Concelho fornece ao erário público. Não se compreende uma Câmara Municipal sem poder financeiro para obras e outros interesses públicos isentos da interferência governamental.

Urge descentralizar. A par

da descentralização, dotar o Município de Poder de decisão e de acção.

Falar deste modo não é encurvar um corpo estranho nos nossos hábitos.

Falar deste modo é remocar Portugal.

Acabarei com as palavras do nosso enorme historiador Alexandre Herculano: "Restaurada pelos instintos de liberdade e pelas conveniências de organização política, esta instituição (o Município)... em parte nenhuma, talvez durante a Idade Média, teve mais influência no progresso da sociedade, nem foi mais enérgico e vivaz do que em Portugal".

MAIS 2 PRÉMIOS GRANDES
— SORTE GRANDE e 3.º PRÉMIO —
no valor de
6600 CONTOS
distribuídos ontem aos balcões da

CASA DA SORTE

1.º PRÉMIO — 45 714 — 6000 CONTOS
3.º PRÉMIO — 49 449 — 600 CONTOS

*

A seguir:

LOTARIA POPULAR

3600 contos por 600\$00 e 300 contos por 50\$00

Também já está à venda a

LOTARIA EXTRAORDINÁRIA DO

NATAL

30 000 CONTOS POR 1200\$00
2500 CONTOS POR 100\$00

quente ou frio

Quer diga respeito ao frio ou ao quente, a energia eléctrica é indispensável.

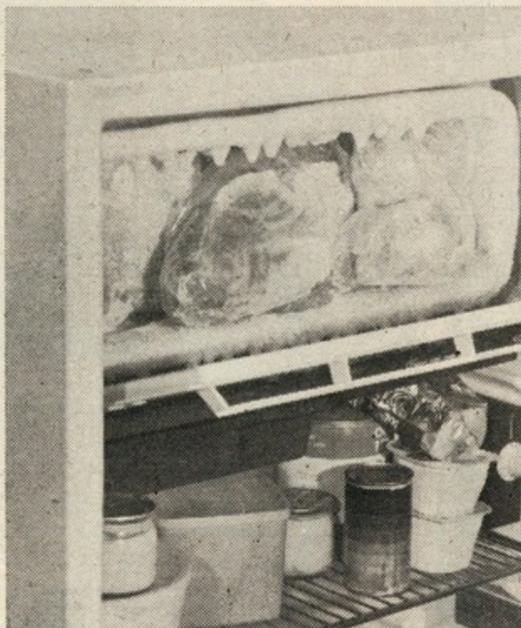
Seguindo alguns conselhos práticos, na utilização do seu frigorífico e do seu fogão eléctrico reduz significativamente os consumos de energia eléctrica e evita gastos supérfluos. É preciso poupar energia eléctrica.

Muita da energia que consome custa ao País — a todos nós — muito dinheiro em divisas. Poupe energia.

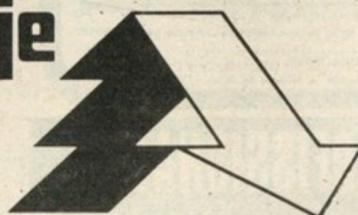
Descongele o seu frigorífico periodicamente. Dura mais consome menos. Abra-o apenas quando for indispensável. Nunca deixe a porta aberta. Coloque o frigorífico num local fresco e arejado.

Utilize recipientes apropriados para placas eléctricas. Ao começar a fervura reduza a potência. Sempre que possível utilize painéis de pressão. Evite usar o forno. Se o fizer abra poucas vezes a porta. Regule o termostato do forno. Aproveite o aquecimento das placas depois de as desligar. Não tenha as placas ligadas sem as utilizar.

é preciso poupar energia eléctrica

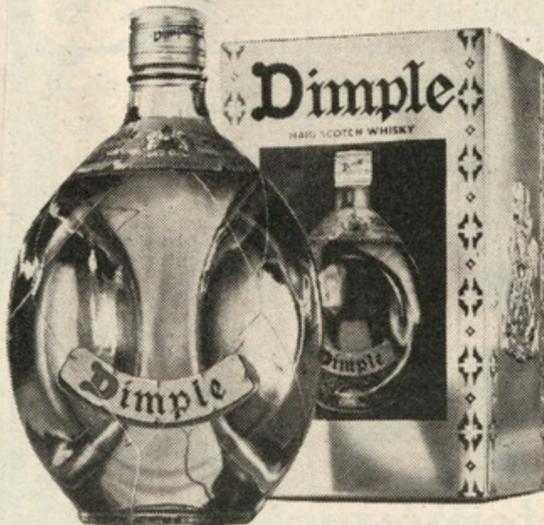


poupe hoje para ter amanhã



DIRECÇÃO • GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS ELECTRICIDADE DE PORTUGAL

Lindamente embalado para o Natal



Resolva seu problema da escolha de um presente oferecendo o Whisky Haig "Dimple"